

PROJETOS DE ESPORTE E LAZER NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ E OS PARÂMETROS INTERNACIONAIS DE QUALIDADE¹

Eduard Angelo Bendrath²

Universidade Estadual de Maringá

Andreia Paula Basei³

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre a oferta de projetos em contraturno escolar no estado do Paraná, especialmente, vinculados ao macrocampo esporte e lazer. A pesquisa é caracterizada por enfoque quantitativo, tendo como procedimento metodológico a pesquisa documental através do banco de dados do MEC/INEP sobre as escolas paranaenses, o DataEscolaBrasil. Os dados foram analisados por meio do princípio da estatística descritiva com a utilização do software SPSS 20.0. Os resultados apontam para: a) a preponderância do macrocampo Esporte e Lazer sobre os demais macrocampos de atividades possíveis segundo as diretrizes estaduais, seja em quantidade de projetos ou em número de matrículas; b) a centralização das ações em escolas de áreas urbanas de cidades de pequeno porte; c) a hegemonia das modalidades esportivas coletivas futsal e voleibol dentre os projetos desenvolvidos. Concluímos que o alinhamento aos parâmetros internacionais de qualidade pode possibilitar a potencialização das ações vinculadas ao princípio constitucional do direito a educação de qualidade de modo a transpor os desafios que se colocam no cotidiano educacional.

Palavras-chave: Esporte; Escola; Política Educacional.

Sports and Leisure Projects in the State Schools of Paraná and the International Parameters of Quality

Abstract: The article aims to present an overview about the offer of sport projects in school in the state of Paraná, especially linked to the macrofield sport and leisure. The research is characterized by a quantitative focus, having as methodological procedure the documentary research through the mec/INEP database on Paraná schools, DataEscolaBrasil. The data were analyzed using the principle of descriptive statistics using the SPSS 20.0 software. The results point to: a) the preponderance of the Sport and Leisure macrofield over the other macrofields of possible activities according to state guidelines, either in number of projects or in number of enrollments; b) the centralization of actions in schools in urban areas of small cities; c) the hegemony of the collective sports modalities futsal and volleyball among the projects developed. We conclude that the alignment with international quality parameters can enable the potentiation of actions linked to the constitutional principle of the right to quality education in order to overcome the challenges that arise in the educational daily life.

Keywords: Sport; School; Educational Policy.

¹ A presente pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq através do processo 401984/2016 do Edital Universal.

² Email: apbasei@uem.br

³ Email: bendrath@gmail.com

Introdução

Pensar a educação na atualidade exige, impreterivelmente, pensar a sociedade de que ela faz parte, tanto nos modos como influencia quanto, naqueles que é influenciada pelos determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais e que constituem os princípios e os processos educativos. Assim, compreende-se uma relação intrínseca entre o contexto local, a globalização e suas influências na educação.

Neste cenário, as discussões sobre a qualidade da educação é um tema recorrente, tendo em vista que, se trata de um conceito implícito a este direito constitucional. Conforme destacam Libâneo, Oliveira e Toschi, a qualidade da educação corresponde

[...] aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade é, pois, conceito implícito à educação e ao ensino. (2003, p.117)

Neste entremear, muitas são as estratégias, instrumentos e políticas criadas com o intuito de qualificar continuamente o processo de ensino aprendizagem. Destaca-se os projetos desenvolvidos em contraturno escolar, especificamente, vinculados as áreas de esporte e lazer como recorrentes em vários segmentos na educação brasileira, notadamente, aquelas que consideram a relação entre as políticas públicas e experiências educacionais no contexto nacional e os parâmetros de qualidade estabelecidos por organizações internacionais.

Impulsionadas tanto por políticas internacionais quanto por demandas locais, as atividades extracurriculares que se configuram como projetos em contraturno escolar têm alcançado maior visibilidade nas últimas décadas. Estas atividades são caracterizadas como:

[...] um tipo de atividade que vai além do currículo escolar e que contribui para a formação das crianças, adolescentes e jovens em idade de escolarização obrigatória. Em grande medida, estão associadas à área de esportes, artes, línguas e tecnologias. Comumente, as atividades extracurriculares são de frequência facultativa, ou seja, são de livre escolha do aluno e de suas famílias (PARENTE, 2020, p. 570).

Entretanto, a concretização das políticas, programas e projetos expõe os desafios do cotidiano, da efetivação das ações e, faz emergir a necessidade de se estabelecer um patamar básico de compreensão da experiência pretendida, alinhando entendimentos em torno das políticas públicas, dos parâmetros de qualidade, das concepções e ações efetivas no interior das escolas.

Neste contexto, a pesquisa realizada teve como objetivo apresentar um panorama sobre a oferta de projetos escolares em contraturno escolar no estado do Paraná, especialmente, vinculados ao macrocampo esporte e lazer. As atividades vinculadas a este macrocampo encontram-se presentes em toda a trajetória histórica da construção e implantação de programas e projetos em contraturno escolar em nível nacional e estadual, como um dos eixos norteadores para a formação integral preconizada pelas políticas educacionais. Compartilhando o entendimento de Osborne e Belmont o esporte pode ser plataforma para discussão de muitos temas dentre os quais são destacados:

[...] a saúde, a educação, e a paz. Um estilo de vida saudável é básico para uma vida feliz e a atividade física é reconhecidamente um dos pilares fundamentais da saúde. O esporte, integrando a educação formal, não formal e informal tem um papel fundamental no desenvolvimento holístico não só de crianças e jovens, mas também no de adultos e idosos, uma vez que o ser humano está sempre a se desenvolver e se reinventar. (2018, p. 114)

A importância da pesquisa reside na necessidade de compreender-se as diretrizes das políticas públicas relativas às atividades em contraturno escolar e as configurações efetivas de sua implementação fundamentadas na proposição dos parâmetros de qualidade para a educação da Unesco. O entendimento a partir da triangulação proposta pelos documentos orientadores, os dados quantitativos e os parâmetros é relevante no sentido de acompanhar os anseios globais e inspirar ideias e ações locais.

Parâmetros Internacionais de Qualidade: O Caso da Educação Física

Compreendemos o conceito de parâmetro como uma diretriz a ser executada com a finalidade de atingir determinado objetivo comum. Assim sendo, definimos que a observação de parâmetros no universo educacional pode ser disposta em dois segmentos:

1) Impositivo: Suas estruturas servem como eixo de articulação com metas claras e pontuais que deverão ser, obrigatoriamente, seguidas para se obter não apenas um resultado educacional satisfatório, mas também, assegurar a legalidade exigida pelo ato de educar. Nesse contexto podemos citar como exemplos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), entre outras. Suas elaborações e aplicações, na maioria dos casos, ficam a cargo dos governos e seus órgãos reguladores.

2) Orientativo: Fazem parte de uma proposta de visão global da educação e apresentam planos orientativos gerais acerca do papel da educação no desenvolvimento social e econômico. Podem apresentar metas e prazos para sua execução, contudo, não são caracterizadas como ordenamento legal, mas como caminho pelo qual se objetiva a melhoria do processo educacional em suas diversas perspectivas. Dentre alguns exemplos podemos citar os documentos oriundos das conferências e fóruns mundiais de educação promovidos pela UNESCO (JONTIEM, 1990, DAKAR 2000, e INCHEON 2015), os relatórios de monitoramento global da educação, os relatórios das comissões internacionais acerca da visão global da educação no mundo (Relatórios Faure de 1972 e Delors de 1996), assim como, os documentos de orientações do Banco Mundial e OCDE para a área, entre outros. Organismos internacionais são seus principais formuladores. Apesar de não serem “impositivos” é comum que acordos multilaterais entre governos e agências internacionais usem como parâmetro para concessão de auxílios os cumprimentos de metas dispostas em tais documentos.

Dentre os principais organismos internacionais, a UNESCO se destaca pelo seu caráter exclusivamente voltado para as ações de educação, ciência e cultura, na qual se posicionou ao longo de sua existência com inúmeros documentos de orientação aos seus países membros. De acordo com Bendrath e Gomes (2011), desde a sua concepção a UNESCO focou sua atuação em países periféricos, atuando de forma complementar ao processo de escolarização formal promovida pelos governos locais, servindo de elo entre parâmetros impositivos e orientativos.

[...] o papel da UNESCO enquanto instância internacional na área de educação manteve sua atenção e suas ações nos países mais pobres com programas de alfabetização, muitos desses programas financiados pelo próprio Banco Mundial, tendo agora, atenção especial a programas mais abrangentes, em especial os relacionados à educação não-formal. (BENDRATH, GOMES, 2011, p. 161)

Dessa forma o papel “supranacional” da organização faz com que se assumam um perfil de aceitação universal de seus postulados, havendo pouca divergência ou questionamentos de suas propostas por parte dos países.

No campo da Educação Física e Esporte não seria diferente. Publicada no ano de 1978, a Carta Internacional de Educação Física e Esportes da UNESCO apresenta a visão da organização sobre esses temas se amparando nos princípios universais dos direitos humanos.

Para a Organização a Educação Física e o Esporte devem buscar promover uma maior comunhão entre os povos e entre as pessoas, juntamente com a competição saudável, a solidariedade e a fraternidade, o respeito mútuo e o entendimento, e o respeito total pela integridade e pela dignidade dos seres humanos (UNESCO, 1978, p.2).

Ainda para a Organização a visão que se deve ter desses elementos é o que os associam ao conceito de uma educação ao longo da vida, tema esse caro para a entidade e que desde a década de 1970 vem sendo arduamente defendido, primeiramente através do relatório Faure (1972) e, posteriormente, via relatório Delors (1996). Isso mostra uma sinergia de entendimento entre as diversas esferas da organização de forma que seus documentos de orientação convirjam para um sentido único de educação.

A educação física e esporte, como dimensões essenciais da educação e da cultura, devem desenvolver habilidades, força de vontade e autodisciplina em todos os seres humanos, como membros plenamente integrados à sociedade. A continuidade da atividade física e a prática de esportes devem ser asseguradas por toda a vida, por meio de uma educação ao longo da vida, integral e democrática (UNESCO, 1978, p. 3).

Essa concepção de educação física e esporte na sociedade como algo que pode proporcionar mudanças pessoais que vão para além do contexto físico/biológico e adentra o aspecto social/relacional, apresenta forte coesão com os princípios educacionais defendidos pela Organização.

De acordo com a UNESCO, a partir do Relatório Delors (1996), o princípio de uma educação ao longo da vida deve estar baseado em quatro eixos de aprendizagem essenciais. São eles:

1) Aprender a ser: compreende a aprendizagem do “eu” no mundo, as relações que possibilitam a emancipação do indivíduo.

2) Aprender a fazer: compreende a aprendizagem técnica, o saber procedimental em relação ao mundo e ao eu social.

3) Aprender a conhecer: compreende a aprendizagem da busca pelo conhecimento, o enriquecimento cultural.

4) Aprender a conviver: compreende a aprendizagem a partir das relações e trocas sociais, a aprendizagem baseada na convivência social.

Assim, a UNESCO baliza toda a compreensão da educação e seus marcos legais tendem a demarcar suas metas e objetivos a partir de tal referência. Dessa forma, a Educação Física passou a ser vista como importante ferramenta para o desenvolvimento de habilidades e competências que pudessem assegurar uma formação voltada para uma educação ao longo da vida.

Em 2013, a Organização publicou (UNESCO, 2013) um relatório global sobre a situação da Educação Física escolar no mundo. Constatou-se que a disciplina é obrigatória nos currículos escolares de 97% dos países analisados, sendo que na América Latina e Caribe esse total representa 98%. Observou-se, ainda, a existência de um currículo mínimo nacional em 79% dos países, sendo que na América Latina e Caribe esse total chegou a 96%. Também foi identificado que os principais elementos e metas dentro do componente curricular girava em torno de 4 temas: *a) Aprendizagem Motora, b) Estilo de Vida Ativo, c) Desenvolvimento Pessoal/Social e d) Saúde*. Isso infere dizer que ações junto ao componente curricular, sejam oriundas de processos educacionais formais (educação curricular básica) ou não-formais (projetos e programas complementares/extracurriculares), deveriam seguir parâmetros semelhantes.

Dessa forma, no ano de 2015 a Organização publicou um documento orientador para gestores em Educação Física. O documento “Diretrizes em Educação Física de Qualidade” apresenta uma série de indicadores que poderiam potencializar o acesso dos alunos a uma ação pedagógica considerada de qualidade na área. De acordo com a organização:

Estas Diretrizes foram desenvolvidas em parceria com a Comissão Europeia, o Conselho Internacional para a Ciência do Esporte e a Educação Física (ICSSPE), o PNUD, o UNICEF, o UNOSDP e a OMS, para informar sobre o oferecimento da educação física de qualidade para várias faixas etárias, desde os primeiros anos de vida até a educação secundária. Nesse sentido, as Diretrizes fornecem um marco de ação para apoiar gestores de políticas (por exemplo, diretores de departamentos de Estado ou dirigentes e assessores de ministérios) na reforma de políticas no campo de educação física, para acelerar o desenvolvimento de diversas dimensões do capital humano de uma forma original e abrangente (UNESCO, 2015, p. 5).

Segundo a Organização, o investimento em ações vinculadas à educação física assegura fatores benéficos no processo de formação do aluno, com destaque para a instrução física e engajamento cívico, melhoria do desempenho acadêmico, ampliação do acesso inclusivo e compreensão do conceito de saúde na vida. Ainda, segundo a UNESCO (2015), para garantir que sejam obtidos benefícios plenos, são necessários: investimento público, ambiente solidário e oferta de um programa de alta qualidade (p. 07),

Dessa forma, a elaboração de um marco orientativo para gestores escolares poderia configurar um propósito adequado aos interesses organizacionais, possibilitando atingir diferentes níveis de escolarização, e quando observado a partir de uma perspectiva não-formal de educação via projetos de contraturno.

Há, por parte da UNESCO, uma prerrogativa de ampliação dos processos educacionais, onde a escolarização formal, alicerçada por um currículo padronizado torna-se apenas mais um elemento de uma vasta gama de possibilidades que devem ser disponibilizadas para crianças e adolescentes. Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar via projetos em contraturno em variadas áreas do conhecimento, tal qual o apresentado pela política estadual de fomento às Atividades Complementares Curriculares (ACCs), caminha para assegurar a interconectividade do currículo escolar local com a realidade dos alunos, seus anseios e suas possibilidades concretas. Segundo a própria Organização, os gestores devem se atentar para oferecer:

Um currículo que vincule a educação física ao ambiente e à comunidade, e que promova a aprendizagem fora da sala de aula e entre diversas comunidades. Integração com outras áreas de todo o currículo escolar, por meio de vínculos entre currículos (UNESCO, 2015, p. 78).

Nesse sentido, a Declaração de Berlim (2013) assevera que a educação física, na escola e em todas as demais instituições de ensino, é o meio mais eficaz

para proporcionar às crianças e aos jovens habilidades, capacidades, atitudes, valores, conhecimentos e compreensão para sua participação na sociedade ao longo da vida. Assim, há o entendimento de que a ampliação da jornada escolar via projetos de atividades extracurriculares (atividades complementares em contraturno) possibilita que tais construtos sejam obtidos de forma eficaz dentro dos objetivos educacionais. De acordo com a UNESCO (2015), atividades extracurriculares têm potencial para desenvolver e ampliar a aprendizagem básica que acontece na educação física, e também constroem uma ligação vital entre a comunidade, o esporte e as atividades educacionais.

Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa de caráter documental com abordagem quantitativa (RICHARSON, 2009). O objetivo foi traçar um panorama do desenvolvimento dos projetos extracurriculares em contraturno nas escolas a partir de indicadores quantitativos disponíveis nas bases de dados oficiais. O acesso às informações foi feito através do banco de dados do MEC/INEP sobre as escolas estaduais paranaenses, o DataEscolaBrasil, bem como os indicadores disponíveis na base de dados da secretaria estadual de educação do Paraná.

A amostra foi em sua totalidade, sendo caracterizada como censitária e corresponde a respectivamente 2.149 escolas distribuídas por todo o estado do Paraná, tendo como critérios de inclusão:

- a) ser pública (estadual);
- b) estar em atividade;
- c) foco de atuação na educação básica (fundamental e/ou médio);
- d) possuir programas de atividades curriculares complementares;

Após a aplicação dos critérios de inclusão chegou-se ao N amostral final de 1.553 escolas que compuseram a base de dados da pesquisa, na qual as variáveis coletadas foram:

- 1) Caracterização da unidade escolar (dados técnicos e geolocalização)
- 2) Indicadores de desempenho (Ideb)
- 3) Execução de projetos de atividades complementares (áreas temáticas)
- 4) Classificação e tipificação dos projetos.
- 5) Matrícula e participação nos projetos.

Como instrumento utilizou-se o software SPSS 20.0 e as análises foram centradas no princípio da estatística descritiva para traçar um panorama estadual sobre a oferta de projetos escolares em contraturno.

Resultados

A ampliação do estudo realizado por Basei, Bendrath e Menegaldo (2017) em cidades de grande porte, possibilitou uma compreensão mais exata quando observado o panorama de todo o Estado do Paraná no que tange à política de fomento aos projetos de contraturno escolar em escolas da Secretaria Estadual de Educação paranaense.

O perfil das escolas analisadas mostra que a maioria (38,8%) estão localizadas em cidades com população igual ou inferior a 20.000 habitantes, sendo acompanhado na sequência por escolas localizadas em cidades de grande porte com mais de 100.000 habitantes. Esse panorama (tabela 1) nos traz algumas reflexões. A primeira diz respeito ao papel da educação em cidades de pequeno porte, nas quais em grande parte a escola torna-se a única referência na promoção do desenvolvimento humano. A segunda faz referência à expansão da educação em cidades de grande porte em que o papel da educação possui uma maior representatividade em termos de opções. Em ambos os casos, as ACCs podem atuar de forma direta na facilitação do processo de melhoria da qualidade da educação.

Tabela 1- Perfil Escolas nas Cidades

		N	%
Cidade	Metrópole	128	8,2
	Grande Porte	437	28,1
	Médio Porte	138	8,9
	Pequeno Porte 2	247	15,9
	Pequeno Porte 1	603	38,8
	Total	1553	100,0

Fonte: pesquisa autores

Ao observarmos o contexto das escolas que ofertam ACCs no Estado do Paraná, é possível constatar que a grande maioria está localizada em centros

urbanos (83,1%), enquanto um percentual menor (16,9%) é de escolas localizadas em áreas rurais, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Localização das escolas

		N	%
Área	Urbana	1290	83,1
	Rural	263	16,9
	Total	1553	100,0

Fonte: pesquisa autores

A compreensão sobre o papel do esporte enquanto macrocampo específico de uma política educacional pode trazer importantes subsídios para a adequação de ações que visem potencializar a escola como um espaço plural de aprendizagem.

O macrocampo Esporte e Lazer figura como aquele aos quais projetos vinculados a essa temática são desenvolvidos nas escolas, mas, de acordo com a Resolução n. 1690/2011, não são classificados como obrigatórios ou prioritários, e sim como eletivos, ou seja, sua implantação é uma decisão unilateral da escola mediante interesse e justificativa própria.

A escolha desses projetos é feita a partir de agrupamentos temáticos denominados “macrocampos”, a partir da qual são desenvolvidas ações cujo foco centra-se na especificidade de cada eixo como pode ser observado na Tabela 3. Apesar de haver uma legislação própria que versa sobre os aspectos de obrigatoriedade e prioridade, os dados da pesquisa mostram que, de fato, o macrocampo com maior representatividade no Estado do Paraná é justamente um macrocampo eletivo, o do Esporte e Lazer (tabela 3).

Tabela 3. Oferta de atividades nos Macrocampos nas escolas paranaenses.

		N	%	Situação
Macrocampos	Esporte e Lazer	1276	31,3%	Eletivo
	Aprofundamento da Aprendizagem	1252	30,7%	Obrigatório
	Cultura e Arte	702	17,2%	Eletivo
	Meio Ambiente	399	9,8%	Prioritário
	Tecnologia da Informação e Comunicação e uso de mídias	258	6,3%	Eletivo

Experimentação e Iniciação Científica	89	2,2%	Prioritário
Direitos Humanos	55	1,4%	Prioritário
Promoção da Saúde	28	0,7%	Prioritário
Mundo do Trabalho e Geração de Rendas	14	0,3%	Eletivo

Fonte: pesquisa autores

Com quase 1/3 de todos os projetos existentes na política de ACCs sendo derivados do macrocampo Esporte e Lazer, o questionamento que se faz é: o esporte poderia funcionar como um fator de mobilização e adesão a uma proposta de ampliação de jornada escolar? Seria esse seu propósito? Para compreender isso nos propomos a verificar a incidência de projetos no Estado e a sua variabilidade em relação à oferta diferenciada de ações esportivas nas escolas, e verificamos que, o macrocampo Esporte e Lazer, possui em termos absolutos 2 projetos (futsal e vôlei) que concentram, sozinhos, 16,2% de todos os projetos em execução levando-se em conta os outros nove macrocampos existentes.

Tabela 4. 10 Maiores incidência de projetos no Estado

Projeto	N	% do total
Línguas Estrangeiras	1004	15,8
Futsal	678	10,6
Voleibol	355	5,6
Danças	209	3,6
Leitura e Produção de Texto	195	3,1
Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas	192	3,0
Matemática	179	2,8
Conservação do Solo e Composteira	174	2,7
Xadrez	168	2,6
Outra Categoria de Esporte e Lazer	168	2,6

Fonte: Pesquisa autores

Ao observarmos o universo global, considerando todos os projetos, os números são ainda mais reveladores. Há, no Estado todo, 6.374 projetos de Atividades Complementares implantados nas escolas, sendo que, deste total 2.233 (35%) são do macrocampo Esporte e Lazer, e 4.138 (65%) são oriundos dos demais macrocampos existentes. A tendência observada em relação à existência de determinados macrocampos nas escolas, sendo o Esporte e Lazer representado por 31,3% de presença, se acentua quando observado apenas o quantitativo de projetos de cada área, sendo o esporte e lazer responsável por mais de 1/3 (35%) daqueles que estão em execução.

Quando analisado apenas a dinâmica interna de implantação de projetos dentro do macrocampo Esporte e Lazer, podemos notar que, dos 10 projetos com maior frequência de implantação o Futsal figura majoritariamente como projeto com maior número de escola ofertando-o, seguido do Voleibol. Na lista dos 10 primeiros, os demais projetos variam abaixo de 200 implantações no Estado, indicando uma clara tendência de padronização das ações esportivas a partir de uma concentração de ações no binômio Futsal/Voleibol, como mostra a tabela 5.

Tabela 5. As 10 maiores incidência de projetos esportivos de contraturno no Estado

Projeto	N	% do total
Futsal	678	10,6
Voleibol	355	5,6
Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas	192	3,0
Xadrez	168	2,6
Outra Categoria de Esporte e Lazer	168	2,6
Tênis de Mesa	134	2,1
Handebol	123	1,9
Atletismo	120	1,9
Futebol	111	1,7
Basquete	92	1,4

Fonte: pesquisa autores

Quando observada a taxa de matrícula média em cada projeto, os resultados seguem a tendência, com o Esporte e Lazer representando aproximadamente 1/3 do total. Há 268.664 vínculos de matrículas registradas em atividades complementares curriculares em todo o Estado, com uma taxa média de 42,1 alunos por projeto.

Quadro 1. Comparação de matrículas

Total de Matrículas e Percentual relativo	
Esporte e Lazer	Demais projetos
81.309 (30,3%)	187.355 (69,7%)

Fonte: pesquisa autores

Em relação às matrículas médias por projeto esportivo, o Futsal mantém o maior valor em termos absolutos de matrículas com 23.031 alunos registrados, enquanto que o projeto de Atletismo e Múltiplas Vivências figura como o que

possui melhor relação de matrícula/projeto com uma média de 56,4 alunos para cada projeto implantado.

Tabela 6. Média de matrícula dos 10 principais projetos esportivos

Projeto	Média de Matrículas de alunos por projeto	Total de alunos matriculados
Futsal	33,9 ($\pm 20,0$)	23.031
Voleibol	33,1 ($\pm 20,0$)	11.774
Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas	56,4 ($\pm 32,3$)	10.832
Xadrez	25,9 ($\pm 14,9$)	4.224
Outra Categoria de Esporte e Lazer	43,1 ($\pm 29,7$)	7.293
Tênis de Mesa	36,3 ($\pm 25,6$)	4.867
Handebol	29,7 ($\pm 14,9$)	3.657
Atletismo	34,2 ($\pm 25,3$)	4.113
Futebol	32,4 ($\pm 16,5$)	3.599
Basquete	29,4 ($\pm 18,0$)	2.709

Fonte: Pesquisa autores

Dessa forma, constata-se que, a partir do macrocampo Esporte e Lazer, as principais atividades desenvolvidas fazem menção aos projetos de Futsal e Voleibol em termos absolutos. Destaca-se também que, como denominação própria do macrocampo, as atividades de “lazer” caracterizadas dentro de projetos próprios constituem-se como poucas ações isoladas nas escolas, havendo uma predominância completa das atividades esportivas.

Discussões

A realidade cada vez mais complexa e as diferentes necessidades de aprendizagem de jovens e crianças têm levado os formuladores de políticas educacionais a repensarem o modelo atual de escola de maneira que a ampliação do leque de possibilidades se tornasse um ponto de convergência nas propostas. Segundo a UNESCO (2016), os níveis cada vez maiores de complexidade social e econômica apresentam vários desafios para a formulação de políticas educacionais no mundo globalizado.

Políticas educacionais centradas em uma educação ao longo da vida caminham de forma mais equânime com relação aos pressupostos de uma

formação global e que, definitivamente, possam contribuir com o desenvolvimento dos indivíduos de maneira plena.

A educação pode contribuir para a tarefa mais desafiadora: a de transformar nossa mentalidade e nossa visão de mundo. A educação é essencial para desenvolver as capacidades necessárias para expandir as oportunidades de as pessoas viverem de maneira significativa e com respeito à igualdade e à dignidade. Uma visão renovada da educação (UNESCO, 2016, p. 36).

Ainda de acordo com a UNESCO (2016), melhorar a qualidade da educação e a oferta de uma aprendizagem econômica e socialmente relevante, conforme determinado por indivíduos e comunidades, são aspectos intrínsecos para a realização dessas mudanças. A ampliação da jornada escolar via projetos de contraturno ou de atividades extracurriculares é vista como alternativa para se atingir a complementariedade necessária do processo de aprendizagem, especialmente em países com grandes deficiências no setor educacional.

Contudo, a perspectiva de uma política pública educacional com vistas à gradativa ampliação da jornada escolar é vista como complexa e onerosa para o Estado e para a comunidade escolar, uma vez que, a rotina, os insumos e a forma de articulação entre conteúdos e propostas pedagógicas adquirem novas configurações, necessitando de ajustes dentro da estrutura interna das escolas. Segundo Luck (2015) a descontextualização dos diversos processos educativos ocorridos na escola, os colocam com a posição de processos e aspectos estanques e isolados. Essa fragmentação tem produzido a geração de unidades de ação artificialmente independentes e autônomas que atuam isoladamente dentro de um sistema próprio, como observado com as ACCs.

As ACCs vinculam-se a macrocampos de ação, aos quais são constituídos de projetos específicos. Essa constituição de ações gradativas, com o propósito de ampliação da jornada escolar figura como uma das principais ações em vigor em diversos Estados do país, dentre eles o Paraná, com sua política de ACCs, para possibilitar a ampliação de jornada escolar, melhoria da qualidade educacional e novas possibilidades educativas.

Os dados da pesquisa apontaram que, como forma de atratividade e manutenção dos alunos em um tempo maior no espaço escolar, projetos de caráter esportivo tornaram-se o foco principal de grande parte das escolas estaduais. Essa perspectiva contrasta com a não-obrigatoriedade de tais

atividades serem ofertadas nas escolas via macrocampo Esporte e Lazer, mesmo assim, 1/3 de todos os projetos estão vinculados a essa temática. Essa perspectiva corrobora com o estudo de Luguetti et al (2013) no qual é apontado o crescimento de escolas brasileiras que ofertam atividades esportivas em contraturno escolar, havendo denominações diferentes para tais práticas, como “práticas esportivas escolares’ (PEEs), “turmas de treinamento”, ou “esporte escolar”, que possuem um mesmo objetivo.

Estas configurações colocam em contraposição modelos de organização completamente distintos. De um lado, uma visão de gestão educacional, focada nos processos democráticos com vistas a assegurar padrões de aprendizagem compatíveis com as necessidades dos estudantes e dos anseios da sociedade (LUCK, 2015). De outro, a gestão esportiva, que apresenta conexões científicas com fatos esportivos como a Medicina, Psicologia, Sociologia, História, Filosofia e Pedagogia, (MAZZEI; BASTOS, 2012, p. 27), cuja finalidade centra-se no desenvolvimento do esporte enquanto manifestação social e econômica. Essa inserção do esporte oficializado na escola a partir de projetos específicos e não a partir da Educação Física enquanto componente curricular, muda o panorama até então posto. O Brasil teve grande influência dos padrões ingleses de organização esportiva, um modelo cujas práticas e o desenvolvimento do esporte ocorrem em “clubes ou “associações”. Isso influenciou a prática de determinadas modalidades a setores distintos da sociedade, pautando-se a oferta a partir da classe social dos indivíduos e o acesso a determinados espaços privados que essa lhe beneficiava (VANCE, NASSIF, MASTERALEXIS, 2015)

Dessa forma, a massificação da prática esportiva a partir do universo escolar abre novas possibilidades de compreensão de sua influência em diferentes contextos. A ampliação do acesso pôde ser observada na análise dos dados globais da pesquisa. Constatou-se, por exemplo, que não há variação de perspectiva se observado o tamanho do município ou a região onde o NRE se localiza, corroborando com a tese de que o Esporte e Lazer figura como macrocampo que mais agrega matrículas em projetos. Constatou-se uma tendência de concentração em algumas modalidades específicas, no caso Futsal, Voleibol e Atletismo, tanto em números absolutos de implantação quanto de matrículas. Essa concentração, em especial das duas principais modalidades, futsal e

voleibol, também foi observada no estudo de Luguetti, Bastos e Bohme (2011), que indicou essa padronização em um estudo realizado na cidade de Santos, SP.

Ainda em relação ao perfil das escolas, o padrão qualitativo pretendido pelo IDEB indica que o padrão observado encontra-se no patamar considerado “médio-baixo”, o que chama a atenção para que as ACCs atuem de forma complementar e sinérgica junto ao PPP para melhora da qualidade da educação das escolas. Este é um ponto central das atividades de contraturno. A ausência de uma articulação entre as propostas de ACCs e o PPP pode impactar diretamente na condição possível de oferta de uma educação de qualidade que possa, dentre outros aspectos, potencializar o rendimento junto à formação na educação básica. Estudo de Farjalla (2015) com professores de escolas que ofertam atividades complementares indicou que apenas 9,15% dos docentes entrevistados perceberam mudanças qualitativas positivas nas notas dos alunos que estão envolvidos em atividades de contraturno. No entanto, Ubinski e Strieder (2015) apontam que o aumento da jornada escolar é uma ação que pode resultar numa melhora do desempenho escolar em curto prazo. Para as autoras este seria também um dos fatores motivadores que levam o Brasil a investir em políticas e programas para aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola.

Para balizar a compreensão do papel da Educação Física e do Esporte na escola, a carta de Berlim (UNESCO, 2013) assinada pelos países signatários da Organização destaca que a educação física é um ponto de partida essencial para as crianças aprenderem habilidades para a vida e desenvolverem diretrizes de participação em atividades físicas ao longo da vida, assim como comportamentos e estilo de vida saudáveis. O documento destaca, ainda, que um investimento sustentado em Educação Física de qualidade não é uma opção política, mas um componente fundamental da filosofia de todos os países para o esporte e que as alocações orçamentárias não devem se desviar das ofertas públicas de programas de Educação Física (p. 7).

Diferentemente do que ocorre com a posição teórica predominante no Brasil de atrelar a Educação Física como componente curricular a uma posição cultural do movimento humano, a perspectiva internacional ainda tende a compreender a disciplina enquanto propositura de um estilo de vida ativo, de mudança de comportamento e de formação para os esportes. Isso faz com que as

escolas públicas tenham dificuldade em conseguir associar as questões relativas ao componente curricular da disciplina a uma vertente paralela que fomenta a participação em projetos por meio do esporte e lazer como foco central.

Os projetos de ACCs em contraturno escolar caminham, portanto, para apresentar novas possibilidades educacionais em que a relação entre Educação Física e Esporte e Lazer devem ser repensados e reconfigurados dentro de um contexto objetivo aos quais uma formação autônoma que preze pelos conceitos de liberdade deva ser assegurados e respeitados.

Considerações Finais

A pesquisa objetivou apresentar um panorama sobre a oferta de projetos escolares em contraturno no estado do Paraná. As informações disponíveis no banco de dados do Ministério da Educação possibilitaram caracterizar, de maneira geral, as configurações de tais projetos e apontar as tendências de sua efetividade nas escolas.

Evidenciamos que grande parte dos projetos em contraturno escolar são desenvolvidos em municípios de pequeno porte os quais têm a escola como referência principal. Por outro lado, nas cidades de maior porte caracterizam-se como ampliação das oportunidades de aprendizagem dos alunos. Observamos, também, a concentração no desenvolvimento dos projetos em escolas de áreas urbanas.

Quanto à caracterização das atividades, especificamente, o macrocampo Esporte e Lazer é o mais expressivo, tanto no quantitativo de projetos quanto de matrículas, apesar de se configurar em termos de diretrizes legais como atividades eletivas. Dentro deste macrocampo, a pesquisa evidenciou uma padronização de atividades, representada majoritariamente pelas modalidades esportivas futsal e voleibol.

Diante do exposto, é necessário avançar no que tange ao desafio de propor e implementar políticas educacionais como uma forma de fortalecer as ações propostas por organizações internacionais, pela instituição escolar e para a aproximação com a comunidade e o compromisso comum em oportunizar aprendizagens significativas ao longo da vida de modo a assegurar uma formação voltada ao desenvolvimento humano integral.

Destacamos, neste cenário, que a proposição de programas e/ou projetos de atividades em contraturno precisa deixar explícito o que se espera das atividades, além de formar/capacitar professores para desenvolvê-las e dispor de estrutura física e material adequada às necessidades do contexto, tendo em vista que, “nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam. Nem o ensino pode ser democrático, isto é, de qualidade para todos, caso não se assente sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem essa qualidade” (LÜCK, 2009, p.12).

Portanto, o embasamento em parâmetros internacionais de qualidade para as atividades extracurriculares, nomeadamente, os projetos em contraturno escolar, é fundamental no sentido de alinhar as políticas, locais e internacionais, ao princípio constitucional do direito à educação de qualidade de modo a transpor os desafios que se colocam no cotidiano educacional.

Referências

BASEI, Andréia Paula, BENDRATH, Eduard Angelo, MENEGALDO, Pedro Henrique Iglesias. Atividades complementares curriculares em contraturno escolar no estado do Paraná: um estudo do macrocampo esporte e lazer. **Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 29, n. 51, p. 136-156, julho/2017.

BENDRATH, Eduard Angelo. GOMES, Alberto Albuquerque. Educação e Economia: A (Re) Construção Histórica a Partir Do Pós-Guerra. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.44, p. 92-106, dez. 2011 - ISSN: 1676-2584

DELORS, Jaques. **Educação um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Cortez Editora. 1996, 288p.

FAURE, E. et al. **Aprender a ser**. Lisboa: Portugal, 1972.

FARJALLA, Renato. Análise do impacto das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Petrópolis, RJ. **Licere**, Belo Horizonte, v.18, n.2, mar.2015, p.114-153

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Editora Positivo, Curitiba, 2009.

LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUGUETTI, Carla Nascimento; et al. Práticas Esportivas Escolares na cidade de Santos: o ponto de vista dos professores/treinadores. **Motriz**. Rio Claro. V.19, N.1, jan.mar.2013, p.10-21

LUGUETTI, Carla Nascimento; BASTOS, Flávia da Cunha; BOHME, Maria Tereza Silveira. Gestão de Práticas Esportivas Escolares no ensino fundamental de Santos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n.2, abr./jun. 2011, p.237-49,

MAZZEI, L.C; BASTOS, F.C. **Gestão de Esporte no Brasil**. Desafios e Perspectivas. 1ª ed. São Paulo. Ícone editora, 2012.

OSBORNE, Renata; BELMONT, Rachel. Contribuições do Esporte e da Educação Física para um mundo melhor. In: BENTO, Jorge Olímpio et al.

Cuidar da casa comum: da natureza, da vida, da humanidade.

Oportunidades e responsabilidades do desporto e da educação física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2018.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução 1.690 - 27 de Abril de 2011**. Publicado no Diário Oficial nº. 8472 de 24 de Maio de 2011.

PARENTE, Claudia da Mota Darós. Atividades extracurriculares e políticas de ampliação da jornada escolar: comparação entre o Brasil e Espanha. **Revista**

Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 41, p. 567-590, 2020. DOI:

10.22481/praxisedu.v16i41.6638. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6638>. Acesso em: 23 set. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2008, 334p.

UBINSKI, Juliana Alves da Silva; STRIEDER, Dulce Maria. O (des) interesse dos professores frente às atividades de contraturno. **Revista Actualidades Investigativas em Educación**. v.15, n.1, 2015, p.1-18

UNESCO. **Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?** Brasília. UNESCO Brasil, 2016, 91p.

_____. **Declaração de Berlim**. Berlim, 2013. 17p.

_____. **Lidando com a violência nas escolas: O papel da UNESCO/BRASIL**. Relatório BR/2003/PI/H/4. UNESCO BRASIL. 2003, 28p.

_____. **Diretrizes em Educação Física de qualidade**: para gestores de políticas. Brasília: UNESCO, 2015. 86 p.

_____. **World-wide Survey of School Physical Education.** Final Report. Paris, 2014.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

_____. **Educação para todos: o compromisso de Dakar.** Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

_____. **Marco da educação 2030: Declaração de Incheon.** Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015.

_____. **Carta Internacional de Educação Física e Esportes.** Paris, 1978

VANCE, Patricia de Salles; NASSIF, Vânia Maria Jorge; MASTERALEXIS, Lisa Pike. **Gestão do Esporte.** Casos Brasileiros e Internacionais. LTC editora, 2015, 230 p.